

OS LIMITES DA HISTÓRIA ENTRE MYTHOS E ESTRUTURA

José Oliver Faustino Barreira
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia – IFB
jose.barreira@ifb.edu.br

Resumo: Referindo-se à história como um método sem objeto, Lévi-Strauss aponta o caráter paradoxal do conhecimento histórico, isto é, conhecimento que não descreve e analisa as leis de seu objeto. Reduzindo a história ao relato do particular, Aristóteles declara a inconsistência da narrativa histórica incapaz de produzir um objeto literário segundo as leis da necessidade e da verossimilhança. A história trata das coisas que sucederam, isto é, diz o particular, pois não propõe tipos, modelos, nem extrai de sua narrativa significados universais. Significante comum a ambos, a história em Aristóteles adquire seu significado a partir do modelo narrativo da poíēsis trágica: *mýthos* e *mímesis*. Em Lévi-Strauss, o significado da história é recolhido segundo o grau de cientificidade do método estrutural. Deduzindo regularidades e demonstrando a universalidade de modelos ou de sistemas comunicativos e de classificação, Lévi-Strauss reencontra o homem antes da história, isto é, nas leis e operações inconscientes que formam o repertório da humanidade. Não obstante a diferença há um ponto em que as duas críticas se comunicam: a fragilidade ontológica e epistemológica da história. Pontos de partida não semelhantes, mas resultados que se aproximam, portanto.

Palavras-chave: Estruturalismo, Poética, História.

Aristóteles e Claude Lévi-Strauss. Como unir dois substantivos a um predicado comum? Qualquer escrita que se suponha crítica presumirá um complemento que justifique – ou apague – os traços de arbitrariedade. Esse complemento, se não necessário e suficiente, deve agradar ao menos à sensibilidade verossímil do leitor. Com esta crença, supõe-se mais produtivo apresentar, em primeiro lugar, o ponto comum que faz de Aristóteles e Claude Lévi-Strauss o centro deste texto. Um e outro tomam a história de uma forma muito particular. Anunciam as ausências e os limites ontológicos e epistemológicos da história. Não inauguram, ou estabelecem um cânone a respeito da natureza do conhecimento histórico. Mas restringem o lugar da história a partir dos hemisférios da literatura e da ciência, territórios das coisas próximas aos universais.

Referindo-se à história como um método sem objeto, Lévi-Strauss aponta o caráter paradoxal do conhecimento histórico, isto é, conhecimento que não descreve e analisa as leis de seu objeto. Reduzindo a história ao relato do particular, Aristóteles declara a inconsistência da narrativa histórica incapaz de produzir um objeto literário – toma-se, arbitrariamente, literário como narrativo – segundo as leis da necessidade e da universalidade.

Tais conclusões compõem outra representação comum da história: descrição subjetiva e fragmentar da realidade. Partindo de pontos diferentes – o conceito de estrutura para Lévi-Strauss; o de *mýthos* para Aristóteles – as duas críticas convergem: a história não possui propriedades constantes e definidas. Coincidências, correlações estabelecidas e suscetíveis de ser sublinhadas entre Aristóteles e Lévi-Strauss, com efeito, são extraídas de suas críticas à história. É a partir deste

ponto de chegada que se podem identificar forças imanentes às duas críticas que carregam aspecto idealista, essencialista, anti-histórico, formalista e organicista.

Se a história, tanto em um como em outro, tem carências semelhantes, não há nada social, mental, lexical, político ou econômico a servir de base a essa semelhança. É, portanto, com base nos conceitos de *estrutura* e *mýthos* – que mesmo elaborados e usados com finalidades e em circunstâncias diversas, e para objetos diferentes – que se pretende recolher o que de semelhante guarda a história em Aristóteles e em Lévi-Strauss. Mas uma palavra sobre contexto deve ser dita. Aristóteles escreve sua crítica à história quando o conhecimento histórico não é mais, por assim dizer, novidade entre os gregos. Se a palavra história trazia em seu étimo o valor de investigação e até mesmo o de conhecimento da natureza humana revelada nas ações, Aristóteles não deixará de apontar a lacuna entre fatos históricos e verdade. Para ele os fatos históricos obedecem a uma causalidade acidental e indeterminada.

Esse peso ontológico arruína prováveis ambições epistemológicas da história, e será o divisor de águas entre, de um lado tragédia e filosofia, e, de outro, a história. Em meio aos discursos disponíveis e circulantes na sociedade grega – mito, filosofia, retórica e tragédia – a história não será, segundo Aristóteles um saber produtivo. Não possuirá a melhor linguagem para ensinar, ou fazer ver o que de essencial possa existir. Com efeito, lá onde a história faz sua aparição como discurso da inteligibilidade, Aristóteles lhe nega seus direitos apontando suas fraquezas cognitivas. Nas palavras do filósofo:

Não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser histórias, se fossem em verso o que eram em prosa), diferem, sim, em que um diz as coisas que se sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. (ARISTÓTELES, *Poética*, 1459 a 39 – 1451 b 6).

Lévi-Strauss discute os limites da história quando as pesquisas dos Annales, julgando reformular a sensibilidade do historiador, propõem direta, ou indiretamente, a possibilidade da história total. Expressões sociais, mentais, e estruturas econômicas reforçam o catálogo dos domínios da história a partir dos Annales. Pluralizando o tempo na história, os objetos e fazendo perguntas não mais dirigidas exclusivamente ao indivíduo, a história que circulava na academia

francesa – de modo dominante – à época da crítica de Lévi-Strauss reconsiderava o evento numa rede de relações em que aspectos conscientes e inconscientes permeavam o relato histórico. Nesse quadro geral, de 1949 a 1961 Lévi-Strauss avança sua crítica à história e sentencia com um exemplo:

Desde que seja proposto escrever a história da Revolução Francesa, sabe-se (ou se deveria saber) que isso não poderá ser, simultaneamente e ao mesmo título, a do jacobino e a do aristocrata. Por hipótese, suas respectivas totalizações (cada uma das quais é anti-simétrica à outra) são igualmente verdadeiras. É preciso, então, escolher entre dois partidos: seja reter principalmente uma das duas ou uma terceira (pois existe uma infinidade delas) e renunciar a procurar na história uma totalização de conjunto de totalizações parciais; seja reconhecer em todas uma realidade igual: mas somente para descobrir que a Revolução Francesa, tal como dela se fala, não existiu (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.286).

E arremata: “consequentemente, o fato histórico não é mais dado que os outros; é o historiador ou o agente do devir histórico que o constitui por abstração e como sob ameaça de uma regressão ao infinito” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.285).

Se o fato histórico sustenta-se em documentos, segue Lévi-Strauss, o que se pode concluir é que, no limite, o documento “diz” ao historiador como determinado indivíduo vive sua temporalidade, mas como a experiência deste é incompleta, o historiador trabalha com fragmentos, e, no limite, determinar um fato histórico, suas razões, causas e delimitações exigiria um número de decomposições ao infinito. No dizer de Veyne, “o que chamamos de causa nunca é senão uma das causas divisíveis no processo, o número de causas divisíveis é infinito” (VEYNE, 1995, p.76). Os encaixes progressivos, ainda assim, não configuram um sistema isolável e explicável a partir dos dados iniciais. Como um vórtice, a história envolve o historiador numa miríade de particularidades sem a contrapartida de propriedades invariantes que expressem uma verdade. Quão longe é possível estar, com base nas afirmações deste parágrafo, da ideia de Lucien Febvre segundo a qual “o historiador constrói seu objeto à semelhança de um cientista, não como um romancista.” (HARTOG, 2011, p.176). Com efeito, que pode haver de comum entre os contextos das duas críticas? A pergunta só pode remeter à procura de outra saída para dotar de algum sentido a proposta de comparar as críticas de Aristóteles e de Lévi-Strauss à história.

Mýthos e estrutura.

Em Aristóteles, mýthos é uma competência narrativa. Agenciamento de fatos, mýthos é igualmente uma construção, um modelo que transforma episódios, eventos, nomes próprios e ações em tipos. Ora, trata-se de dar forma a acontecimentos para transformá-los num enredo, num sistema que reelabora fragmentos em unidades significativas. Tal unidade estabelece entre os episódios relação de necessidade suficiente que os faz aparecer como um todo coeso, verossímil, e, sobretudo, os apresenta como não podendo ser de outra maneira, condição própria, para falar a verdade, dos objetos da ciência. Assim, mýthos seria um logos inflado pelos poetas, para lembrar a expressão de F. Hartog (HARTOG, 2001, p.83).

O que interessa à poesia, estruturada segundo as regras do mýthos, é examinar o agente humano – Édipo, por exemplo – em sua natureza incerta e ambígua. Contraposto ao divino, cuja ação é sempre eficaz, o homem, no mýthos trágico, é um ser aberto e inconsistente. À tragédia cabe a peculiaridade de formular, nas regras do mýthos, uma teoria da condição humana, por assim dizer. O referente que abriga a existência de Édipo, para além da singularidade, é o agenciamento sistemático que o transfigura num modelo, num exemplo universal e invariável. O objeto da tragédia de Sófocles, afinal, é coeso e coerente como um objeto científico, isto é, escapa às contingências. Imitando a natureza, *phýsis*, o mýthos aproxima-se dos processos que torna um organismo coeso e necessário.

O mýthos da poesia trágica, revestindo-se dos princípios da natureza, configura a obra poética com o vigor e a capacidade da força de aparição da *phýsis*. O necessário presente na poesia é justamente o efeito de produzir um ente poético cujas características próprias imitam processos da natureza. Por extensão, o verossímil não se reduz ao conteúdo de verdade empírica, pois, se assim fosse, a imitação forçosamente recairia na reprodução do conjunto das coisas subsistentes, como é o caso da história, no interior da perspectiva de Aristóteles é claro. Uso as palavras de Ricoeur em proveito da clareza:

Não se permite mais dúvidas; o tipo de universalidade que a intriga comporta deriva de sua ordenação, a qual constitui sua completude e sua totalidade. Os universais que a intriga (mýthos) engendra não são ideias platônicas. São universais parentes da sabedoria prática. (...) A intriga engendra tais universais quando a estrutura da ação repousa sobre a articulação interna á ação e não sobre acidentes externos. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico (RICOEUR, 1994, p.70).

O objeto produzido pelo mýthos adquire consistência ontológica e epistemológica por oposição ao relato histórico, que trata de acontecimentos que poderiam ter ocorrido de outro modo. A história, presa aos fatos que ocorreram, não atinge a natureza, isto é, não produz um objeto com realidade necessária, apenas contingente. Contingência dos fatos; contingência (subjetividade) do historiador.

Lévi-Strauss, escrevendo sobre a história entre 1949 e 1961, sobretudo, assumirá no início uma posição ambígua. Recuperando o debate entre Simiand e Hauser/Seignobos (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.13), Lévi-Strauss chega à conclusão de que a distinção entre história e etnologia não se dá por questões de objeto ou de rigor científico. Perspectivas complementares, etnologia e história divergem no seguinte: a primeira elabora seu conhecimento a partir das condições inconscientes dos dados sociais; a segunda, caminha nas sendas do consciente, das representações e dos atos de indivíduos. A diferença repousa na orientação, não no objeto. Nas palavras do antropólogo de 1949:

Então, seria inexacto dizer que, no caminho do conhecimento do homem que vai do estudo dos conteúdos conscientes ao das formas inconscientes, o historiador e o etnólogo caminham em direções inversas: ambos se dirigem no mesmo sentido. Que o deslocamento que efetuam de acordo apareça a cada um sob modalidades diferentes – passagem, para o historiador, do explícito ao implícito, para o etnólogo, do particular ao universal – não muda em nada a identidade do procedimento fundamental. Mas, num caminho onde fazem, no mesmo sentido, o mesmo percurso, somente sua orientação é diferente: o etnólogo caminha para frente, procurando atingir, através de um consciente que jamais ignora, cada vez mais o inconsciente para o qual se dirige; ao passo que o historiador avança, por assim dizer, recuando, conservando os olhos fixados nas atividades concretas e particulares, das quais se afasta apenas para considera-las sob uma perspectiva mais rica e completa. Verdadeiro Jano de dois rostos, é, ainda assim, a solidariedade das duas disciplinas que permite manter ao alcance dos olhos a totalidade do percurso. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 40 e 41)

Tudo parece indicar a necessária presença da história no interior das ciências sociais. Três anos depois, em 1952, Lévi-Strauss publica o artigo *A noção de estrutura em etnologia*. A epígrafe que inaugura o texto é um fragmento extraído do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, de Rousseau. É pertinente transcrever a epígrafe:

É preciso não tomar as investigações que se pode fazer sobre este tema por *verdades históricas*, mas somente por raciocínios para esclarecer a *natureza das coisas* do que para mostrar sua verdadeira origem, e *semelhante aos que fazem todos os dias nossos físicos* sobre a formação do mundo (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.28).

A história reaparece no horizonte, mas o caminho do etnólogo e o do historiador chega a territórios diferentes. Alinhando-se a modelos matemáticos e linguísticos, Lévi-Strauss opõe etnologia e história de forma pouco conciliável. (troquei) A primeira, partindo da coleta e organização de fatos etnográficos construiria modelos a partir desses documentos; a segunda, ocupando-se do tempo cumulativo, irreversível, faria uso de recursos estatísticos.

Os modelos da etnologia, baseados no tempo mecânico, isto é, reversível e não cumulativo, dotariam as pesquisas estruturais em antropologia da capacidade de acessar universais e constantes. As regularidades extraídas dos documentos etnográficos – por conta dos modelos elaborados sobre os dados – dariam força à análise propriamente científica, isto é, onde há profusão de informações, o modelo descobre caracteres duráveis, sistemáticos e contínuos.

Reduzindo a diversidade a princípios gerais, a etnologia introduziria a ordem no caos. A realidade do vivido, sua riqueza de variáveis intoxicantes, do ponto de vista da ciência, guarda uma estrutura preexistente, cuja natureza ama esconder-se, para lembrar a célebre observação de Heráclito. Assim, os fatores estruturais universalmente em ação dispensariam a necessidade de invocar considerações histórico-geográficas “para compreender as analogias entre sociedades afastadas” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.34).

Em 1961, *O pensamento selvagem* pronunciará o seguinte: “a história é um método ao qual não corresponde um objeto específico” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.290). Objeto, na semântica de Lévi-Strauss, corresponde à descoberta de padrões, de estruturas inconscientes. O arranque epistemológico rumo ao objeto significa possuir a capacidade de descrever os componentes e os códigos de inteligibilidade, que revelem as leis e as constantes necessárias entre os constituintes do objeto – decomposição finita e que termina por apontar a unidade mínima de sentido fora do sujeito e inscrita na natureza do objeto: fato social total (sociologia), genótipo (biologia), mitema (antropologia estrutural), fonema (linguística). Estudando indivíduos, quer pessoas ou acontecimentos, ou grupos de fenômenos individualizados no tempo e no espaço, a história se prestaria mal a uma tipologia e restaria presa a conjuntos descontínuos.

Usando os instrumentos da linguística estrutural e das matemáticas modernas Lévi-Strauss toma os fatos sociais – parentesco, totemismo, narrativas, técnicas, trocas, disposição do habitat humano, culinária, apenas para lembrar alguns – como linguagem, isto é, como sistemas significantes complexos.

O modelo da linguística estrutural chegará a Lévi-Strauss por meio dos estudos fonológico de Roman Jakobson, na década de 1940, em Nova York. Lévi-Strauss participou dos seminários

organizados por Jacobson na Universidade de Colúmbia. É por intermédio de Jacobson que Lévi-Strauss conhece os trabalhos de Saussure sobre o signo linguístico.

Suprimindo o sujeito falante, Ferdinand de Saussure (1857-1913) introduz a ciência no hemisfério complexo e impreciso do humano. Tratando a linguagem como sistema, Saussure situa os fatos da língua no plano inconsciente, isto é, propõe estudar a linguagem como objeto científico, destacando suas leis internas independentes do sujeito que fala e da sua historicidade.

Corolário desse axioma é a inteligibilidade da língua como relação, combinatória, sistema de diferenças binário. Por exemplo: a função ou significado de um elemento no sistema só se realiza quando esse elemento, estando em relação com os outros, distingue-se de (se opõe a) outro elemento: “assim, em português o fonema [p] opõe-se a outro fonema [b], pois a substituição de um por outro pode produzir mudanças de significação (par/bar).” (KRISTEVA, 2007, p. 267)

Com efeito, a significação é produto da própria estrutura, das leis e regularidades impessoais e inconscientes da linguagem. As oposições binárias regem o sistema linguístico fazendo circular as unidades básicas/distintivas (fonemas) de modo formal e independente da exterioridade, vale dizer, de qualquer referência subjetiva e exterior à forma linguística. As leis da fonologia estrutural, portanto, são tão necessárias quanto as leis da física, por exemplo. O objeto estático, sem sujeito e sem história em que se tornou a linguística estrutural, será um recurso metodológico caro a Lévi-Strauss.

Um exemplo clássico de como Lévi-Strauss usa o conceito de estrutura, segundo a linguística, é sua análise estrutural o mito de Édipo. Presente em narrativas e contextos narrativos diversos, como a epopeia homérica e a tragédia, Édipo é lido por Lévi-Strauss sem a consideração dos contextos mencionados. Eis o resultado (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.246):

| (+) | (-) | (+) | (-) |
|---|----------------------------------|------------------------|------------------------------------|
| Cadmo procura sua irmã Europa, raptada por Zeus | Os Spartoi exterminam mutuamente | se Cadmo mata o dragão | Lábdaco (pai de laio) = “coxo” (?) |
| Édipo esposa Jocasta, sua mãe | Édipo mata seu pai laio | | Laio (pai de Édipo) = “torto” (?) |
| Antígona enterra Polinice, seu irmão, violando a interdição | Etéocles mata seu irmão Polinice | Édipo imola a esfinge | Édipo = “pé inchado” (?) |

Cada uma das colunas é preenchida por mitemas, unidades mínimas de significado do mito, como os fonemas o são do signo. A estrutura revela uma lógica que não depende da temporalidade. Forma sincrônica, a lógica binária subjacente a esta perspectiva revela um modo de ser do mito que

independe da história, do acontecimento e da contingência. Cada um dos mitemas só possui significado quando circula numa relação de oposição. Essa lei das oposições, comum tanto a um mito grego quanto a um mito bororo, ultrapassa fronteiras temporais e geográficas sugerindo um modo de operação universal da mente. Os conteúdos podem mudar, isto é, os fatos e episódios de um mito bororo não são os mesmos presentes num mito grego, mas a arquitetura e o sistema de oposições são universais. O modelo, com efeito, apresenta regularidades.

Lido da esquerda para a direita ou vice-versa, o mito de Édipo, tal como disposto por Lévi-Strauss, apresenta um problema central da condição humana. Situado entre natureza e cultura, barbárie e civilização, o homem vive uma contradição, ao que parece, insolúvel. O mito, portanto, submetido ao método estruturalista, apresenta um modelo do que é representativo no homem.

Encarando o mito como um objeto linguístico, Lévi-Strauss denomina suas unidades constitutivas. No interior do discurso mítico, os mitemas constituem a estrutura permanente que escapa ao desenvolvimento linear da ordem narrativa. Os mitemas formam o plano paradigmático do discurso mítico. Não obstante, para adquirirem uma função significativa, devem ser dispostos em feixes de relações ou pacotes, que se opõem ou se correspondem. Assim, o método subordina o plano narrativo do discurso mítico a sua arquitetura estrutural. O modelo mostra-se eficiente para apreender os códigos da linguagem mítica, do objeto mito.

A estrutura do mito permite a decodificação de seu significado na ordem sincrônica e, portanto, paradigmática. Desse modo, o mito pode ser visto como um instrumento lógico que estabelece uma ponte, uma mediação entre polos opostos e irreconciliáveis. Reduzindo o mito a um utensílio lógico e baseado em operações binárias, Lévi-Strauss preocupa-se, antes de tudo, em saber como funciona o mito.

As regras operatórias, a mediação entre polos antitéticos, a lógica sintática na combinatória dos mitemas e o estabelecimento sincrônico da análise são, em última instância, a estrutura formal do mito e seu modo de funcionamento. A operação binária na base de todo relato mítico seria o modelo universal do operar inconsciente da mente. A ordem do pensamento baseada no modelo binário estaria presente não somente nos mitos das sociedades “primitivas”, mas encontrar-se-ia na própria constituição de todo pensamento, selvagem ou civilizado.

No interior – corre-se o risco do mau gosto ao dizer “berço”? – do que se tornaria uma das tradições mais caras ao ocidente, Lévi-Strauss introduz a estrutura, como faz com os Bororo – que, comparados aos gregos e ao que se chama de tradição, não possuem uma história tão quente. Se for aceitável pensar que tal gesto recupera o homem, ou melhor, que recupera um fato universal que

sustenta o humano, esse reencontro não mais se dá nas bases da historicidade, “último refúgio de um humanismo transcendental” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.290) Ocorre segundo um modelo, uma ordem, um fato – no sentido de fato científico – fundamental a gregos e bororos e que não depende da espessura da história.

Uma espécie de natureza insinua-se. Se o mito é artifício, em seu interior desvelam-se princípios alheios ao acaso e aos efeitos da vontade, da consciência. Se natureza é o que se apresenta independente da atividade humana, acasos fortuitos não têm lugar quando se manifesta uma ordem. Segundo Dosse, em Lévi-Strauss “a passagem de modelos de análise para esquemas de vocação universal, ameaça reintroduzir uma forma de ontologização de seus instrumentos de conceitualização” (DOSSE, 1993, p.75). O inconsciente guarda propriedades ontológicas acessíveis a quem possuir instrumentos epistêmicos capazes de trazer à luz categorias primordiais e numênicas. Em suma, o estruturalismo de Lévi-Strauss seria um transcendentalismo sem sujeito, pois anterior à consciência.

Estrutura e *mýthos*, portanto, apesar de construídos e aplicados a propósitos diferentes, quando pensados contra o pano de fundo da história, revelam-se acima das contingências. Seja considerada em seu aspecto narrativo ou científico, a história, em Aristóteles e em Lévi-Strauss, tem sua seriedade questionada. O que essas críticas fazem, sobretudo, é inventar uma coisa chamada história como um Jano de faces incompletas. Na face da poesia, Aristóteles nega à história a plenitude do *mýthos*. Na face da ciência, Lévi-Strauss acusa a história de ser, que surpresa, mito, mas no sentido de ideologia. Estrutura e *mýthos* são razões complementares, cuja proximidade é o enquadramento da história fora das fronteiras da literatura e da ciência.

REFERENCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo I. O campo do signo*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- HARTOG, F. *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LÉVI-STRAUSS. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. *A noção de estrutura em etnologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- _____. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa tomo I*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1995.